

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de julho de 2025 às 07h51
Seleção de Notícias

Blog Coluna Capital - O Globo Online | BR

Patentes	
Justiça brasileira manda BYD parar de vender carros com 4G no país por possível violação de patente	4
RENNAN SETTI	

CNBC Brasil Online | BR-SP

Patentes	
Setor farmacêutico vê com preocupação contramedidas do Brasil a tarifas dos EUA	5
REDAÇÃO TIMES BRASIL	

Metrópoles Online | BR-DF

12 de julho de 2025 Patentes	
Revide do Brasil a tarifaço de Trump pode afetar setores da economia	6
MARIA EDUARDA PORTELA JONATAS MARTINS	

Money Report | BR

12 de julho de 2025 Patentes	
Aquisição bilionária da Merck é um grande respiro	9

O Estado de S. Paulo | BR

13 de julho de 2025 Patentes	
Para especialistas, impacto na inflação vai depender de como o Brasil vai reagir	10
ECONOMIA	

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

12 de julho de 2025 Propriedade Intelectual	
ClicknClear ganha o Prêmio Global da OMPI 2025 homenageado pela Agência de Propriedade Intelectual da ONU para Inovação com Impacto Global	12
AUTOR ()	

Folha de S. Paulo | BR

12 de julho de 2025 Marco Civil	
Julgamento no STF contra big techs impulsionou retaliação de Trump	15
POLÍTICA	

G1 - Globo | BR

12 de julho de 2025 Patentes	
Como o Brasil poderia retaliar os EUA após tarifas de Trump	17
ECONOMIA E NEGÓCIOS BBC	

Justiça brasileira manda BYD parar de vender carros com 4G no país por possível violação de patente



Decisão foi dada em caráter liminar

A Justiça do Rio determinou, na tarde desta sexta-feira, que a BYD pare de vender veículos com tecnologia 4G embutida enquanto avalia denúncia de possível **violação** de patente. A decisão foi proferida pela 1ª Vara Empresarial do Rio, em caráter liminar, atendendo a pedido de tutela de urgência da IP Bridge.

Trata-se de uma firma japonesa de licenciamento de patentes que move processos contra a montadora chinesa de veículos elétricos em vários países do mundo. À Justiça brasileira, a IP Bridge afirmou que a BYD viola a patente PI 0908287-5, que viabiliza a oferta de rede 4G em veículos e vencerá em 2030 (daí o pedido de urgência). De acordo com a empresa, a montadora chinesa não assinou contrato de licenciamento, diferentemente de outras montadoras que oferecem 4G/LTE mediante pagamento da licença.

"Restou demonstrada, ainda nos autos, a utilização da tecnologia desenvolvida pela parte autora, conforme laudos técnicos juntados ao processo, sendo evidenciado que a ré é a única montadora, no Brasil, que utiliza a referida tecnologia sem a devida remuneração", diz a decisão, datada da semana passada, mas só agora assinada e disponibilizada nos autos.

A magistrada determinou que a BYD pare de vender carros com a tecnologia protegida pela **patente** PI 0908287-5 "nos veículos que vier a comercializar (...), no prazo de 5 dias (...), sob pena de multa diária de R\$ 20 mil, inicialmente limitada a R\$ 600 mil".

A juíza também ordenou que a BYD comprove, no prazo de dez dias, quais medidas adotou para cumprir a decisão liminar. E designou um perito para se aprofundar na avaliação do mérito do processo.

A coluna pediu posicionamento à BYD sobre a decisão, e a matéria será atualizada tão logo a montadora se manifeste.

Setor farmacêutico vê com preocupação contramedidas do Brasil a tarifas dos EUA



A **Interfarma**, associação que representa 41 laboratórios farmacêuticos globais voltados à pesquisa e inovação, manifestou preocupação com os impactos do aumento tarifário anunciado pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros,

Em nota, a entidade também criticou possíveis contramedidas estudadas pelo governo brasileiro, como a adoção de licenças compulsórias de medicamentos previstos na nova Lei de Reciprocidade Tarifária.

"É preocupante voltar a conviver com a incerteza jurídica e econômica causada por contramedidas dessa natureza", afirmou a associação, destacando o risco de prejudicar investimentos em pesquisa e desenvolvimento e a viabilidade de empresas internacionais instaladas no Brasil.

Segundo a **Interfarma**, o Brasil é hoje o principal mercado farmacêutico da América Latina, com forte presença de multinacionais responsáveis por trazer inovações e tratamentos modernos à população. A entidade teme que medidas como a **quebra** de patentes possam interromper esse fluxo de inovação e afastar novos aportes.

"A licença compulsória ou qualquer restrição do direito de patente pode gerar elevada insegurança no mercado, afastando investimentos e interrompendo o ciclo virtuoso da inovação em nosso país", alertou.

A associação também cobrou que qualquer eventual suspensão de direitos de propriedade intelectual siga os trâmites legais e inclua consulta prévia aos titulares de **patentes** e entidades representativas do setor.

"Rogamos que qualquer iniciativa seja precedida de consulta formal, conforme prevê a legislação brasileira, como o §3º do artigo 71 da Lei 9.279/96 e o Decreto 3.201/99", diz a nota.

A associação reforçou que mecanismos como o licenciamento compulsório devem ser considerados apenas como alternativa excepcional, quando outras ações legais não forem eficazes. Por fim, declarou confiança na diplomacia brasileira e defendeu uma solução técnica e jurídica que preserve a segurança jurídica e o ambiente de inovação no país.

-

Revide do Brasil a tarifaço de Trump pode afetar setores da economia



Especialistas indicam que uma retaliação contra os atos de Trump poderia gerar prejuízos para setores produtivos da economia brasileira

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (P-T) afirmou que irá buscar todas as medidas possíveis para evitar a aplicação da sobretaxa de Trump aos produtos brasileiros. Caso não consiga reverter, o chefe do Palácio do Planalto destacou que irá agir com reciprocidade. Especialistas, no entanto, indicam que uma retaliação contra os Estados Unidos poderia gerar prejuízos para setores produtivos da economia brasileira.

"Vou tentar brigar em todas as esferas para que não venha taxaço. Vou brigar na OMC [Organização Mundial do Comércio], vou conversar com os meus companheiros do Brics. Agora, se não tiver jeito, no papo, no tête-à-tête, nós vamos estabelecer a reciprocidade. Taxou aqui, a gente taxa lá", afirmou o petista.

Entenda a Lei da Reciprocidade Econômica

O presidente Lula sancionou a Lei da Reciprocidade Econômica, que permite ao Brasil adotar medidas proporcionais contra outros países ou blocos econômicos que aplicam ações de forma unilateral e que prejudicam a atividade econômica brasileira.

A legislação foi aprovada no Congresso Nacional depois que Donald Trump sobretaxou em 10% os produtos brasileiros, em abril deste ano, e em 25% o aço e o alumínio vendidos pelo Brasil ao mercado norte-americano.

Pela lei, o Brasil poderá aplicar impostos adicionais sobre importações de bens norte-americanos, suspender concessões comerciais e contratos de investimentos, além de suspender as obrigações relativas à **propriedade** intelectual dos Estados Unidos, para minimizar os impactos domésticos.

Segundo estabelecido no texto, antes que as medidas mais duras sejam adotadas, é necessário realizar consultas diplomáticas e tentar medidas provisórias de emergência.

Rafael Chaves, doutor em Economia e professor, alerta que não haveria medidas positivas para a produção brasileira caso seja implementada uma retaliação. O especialista nem mesmo consegue perceber que o país possua ferramentas para adotar tal postura.

"Então acho que tem que ter habilidade política para conversar e tentar chegar a um denominador comum. Eu acho que a retaliação definitivamente é uma péssima escolha do ponto de vista econômico para o Brasil", classifica Chaves. Ele relata que os últimos atos entre as nações são, essencialmente, um embate político onde os atores estão usando ferramentas econômicas.

"É buscar o diálogo até porque historicamente a gente tem visto que muitas vezes Donald Trump coloca o bode na sala como estratégia de negociação. Senta, negocia e chega ao denominador comum. Então, ele [Trump] tem usado isso como estratégia", afirma.

Prejuízos de uma retaliação

Continuação: Revide do Brasil a tarifaço de Trump pode afetar setores da economia

Chaves relembra que nossos processos de importação com os norte-americanos estão vinculados à obtenção de máquinas e equipamentos. Retaliar com a imposição de taxas de 50% representaria um baque nessas compras que são fundamentais para o Produto Interno Bruto (PIB): "Uma boa parte é de bem intermediário. Então, você acaba prejudicando o seu parque produtivo, não é bom para o Brasil".

"Vou deixar de importar dos Estados Unidos uma série de produtos que vão ser insumos de produção. Então, você prejudica até o transporte porque o Brasil é um país que tem o modal rodoviário como principal forma de transporte brasileiro. Isso impacta na produção de alimentos também. Tem que escoar bens e produtos. Boa parte das peças de caminhão são importadas. Você prejudica aí o teu modo de fazer a economia girar", comenta o professor.

Na visão do economista, esse problema não se aplica da mesma maneira para bens de consumo ou mais supérfluos, pois podemos deixar de comprar, por exemplo, um vinho da região da Califórnia, nos EUA, e optar por aqueles vindos de outras regiões do mundo.

Sobre o comércio de petróleo e produtos derivados, o professor ressalta que a Petrobras costuma vender gasolina premium para os norte-americanos enquanto nós compramos, em determinados momentos, Gás Natural Liquefeito (GNL).

5 imagens Fechar modal. 1 de 5 Lula X Trump Lara Abreu / Arte Metrôpoles 2 de 5 Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump Lara Abreu / Arte Metrôpoles 3 de 5 Trump e Bolsonaro Arte/Metrôpoles 4 de 5 Carta de Trump a Lula Reprodução/Truth Social 5 de 5 Carta de Trump a Lula Reprodução/Truth Social

"Em períodos onde a gente tem seca, como foi o caso de 2021, o Brasil teve que importar uma grande quantidade de GNL para suprir a demanda de gás nacional. Em alguns momentos, principalmente

quando a gente tem seca e os reservatórios diminuem, o Brasil é importador de gás. Parte desse gás vem dos Estados Unidos. Seria um outro exemplo aí de que [a retaliação] prejudica", classifica.

Questionado se uma represália contra os Estados Unidos poderia nos aproximar economicamente de outras nações, como a China e a União Europeia, Rafael Chaves avalia que um país relativamente fechado, pouco dependente de outros países e ainda por cima diversificado: "Se você criar uma fricção com uma economia só, por mais que seja uma economia muito grande, do ponto de vista macroeconômico, eu não vejo uma mudança muito grande. O que pode é para algumas empresas".

"O comércio internacional é uma especialização entre países. É um ganha-ganha. Existe porque as partes estão ganhando. Senão, não fariam comércio. É uma coisa voluntária em que os países decidem fazer entre eles. Se você, de alguma forma, atrapalha isso, tem custos econômicos", afirma o especialista.

Lei da Reciprocidade Econômica

A economista Carla Beni, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), expõe que a utilização da Lei da Reciprocidade Econômica seria uma resposta esperada e contundente, mas que, como uma ação política, possui diversas etapas. Os procedimentos deveriam ser iniciados, justamente, com a tentativa de diálogo e outras negociações.

"Lula comentou que a primeira etapa é negociar. Primeiro, você senta para negociar e depois recorre aos organismos multilaterais, como por exemplo a Organização Mundial de Comércio (OMC). Depois disso, você precisa calcular os prejuízos para a economia brasileira e a Câmara de Comércio Exterior que vai aplicar o que será feito de retaliação e tem que ser na mesma proporção", diz Beni.

Ela ressalta que o processo não é feito de imediato e nunca foi feito dessa maneira no país, sendo a pri-

Continuação: Revide do Brasil a tarifaço de Trump pode afetar setores da economia

meira vez em tese: "Nada que se fale de retaliação, mesmo com a lei, é algo de imediato para você aplicar. Tem todo um protocolo para isso, a não ser que você rompa o protocolo".

A economista também alerta para os prejuízos na produção brasileira diante de um cenário de retaliação. "Imagina pegar um produto que a gente tem zero de alíquota, a gente vai colocar 50%. Eu vou matar um segmento aqui dentro. Essa saída precisa ser diplomática porque ela é uma questão política e a economia está a reboque disso daí. Então isso é uma condição importante para entender que, se revidar em 50%, você vai terminar de botar uma pá de cal na situação", afirma.

O governo Lula deverá publicar até segunda-feira

(14/7) o decreto que regulamenta a Lei da Reciprocidade Econômica. O texto sancionado pelo pe-tista determina que o Brasil busque solucionar o imbróglio por meio do diálogo diplomático, mas há aberturas para ações emergenciais, caso necessário.

Caso a questão não seja resolvida por meio do diálogo, o Brasil poderá aumentar impostos sobre produtos norte-americanos e até interromper direitos de propriedade intelectual, como **patentes** de medicamentos ou tecnologia de empresas.

Jonatas MartinsMaria Eduarda Portela

Aquisição bilionária da Merck é um grande respiro



Compra da Verona **Pharma** por US\$ 10 bilhões reforça portfólio e antecipa movimento para compensar perda de exclusividade do Keytruda. A Merck anunciou na quarta-feira (9) a aquisição da britânica Verona **Pharma** por cerca de US\$ 10 bilhões, em uma ofensiva para ampliar sua atuação no mercado de medicamentos respiratórios. O negócio representa a maior movimentação da farmacêutica desde a compra da Prometheus Biosciences, em 2023, e insere no portfólio da empresa o Ohtuvayre, medicamento inalatório aprovado para adultos o tratamento da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) em adultos.

O acordo prevê o pagamento de US\$ 107 por recibo de ação da Verona, equivalendo a um prêmio de 23% sobre o valor de fechamento do dia anterior, de US\$ 86,86. A expectativa é que a transação seja concluída até o final deste ano. O montante da operação e sua importância ao mercado fizeram com que fosse escolhida A Tacada da Semana.

Além da DPOC, o Ohtuvayre está em fase de testes para novas indicações, incluindo a bronquiectasia não fibrocística. A aposta reforça a estratégia da Merck de diversificação em áreas além da oncologia, especialmente diante da expiração da patente do

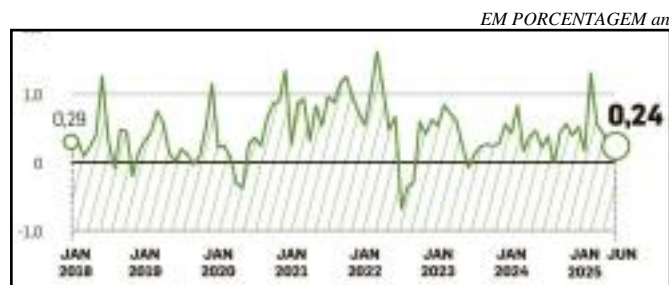
Keytruda, seu principal medicamento contra o câncer, prevista para 2028. Em 2024, o Keytruda gerou US\$ 29,5 bilhões em vendas.

Nos últimos anos, a Merck tem apostado em grandes aquisições como forma de compensar a futura queda de receita com a perda de exclusividade de medicamentos-chave. Em 2021, a empresa comprou a Acceleron **Pharma** por US\$ 11,5 bilhões, incluindo o tratamento Winrevair para hipertensão arterial pulmonar.

"Seguiremos atentos a oportunidades que fortaleçam nosso pipeline e garantam crescimento sustentável à companhia", afirmou Rob Davis, CEO da Merck (imagem).

Para especialistas, impacto na inflação vai depender de como o Brasil vai reagir

ECONOMIA



FONTE IBGE / INFOGRÁFICO ESTADÃO

Dólar em alta pode pressionar IPCA, mas sobreoferta de itens como suco de laranja, café e carnes puxaria preços para baixo.

ALVARO GRIBEL

BRASÍLIA

O tarifaço anunciado pelo governo americano sobre produtos brasileiros ainda gera debates entre economistas sobre os seus impactos na inflação. Por um lado, a moeda americana mais valorizada encareceria os produtos importados pelo Brasil. Mas, por outro, o redirecionamento para o mercado interno de itens que seriam exportados para os EUA puxaria a inflação para baixo. A única certeza, dizem especialistas ouvidos pelo Estadão, é que se o governo brasileiro decidir retaliar com tarifas também de 50%, o quadro mudará de figura, com uma escalada da guerra comercial e efeito direto sobre os preços.

Por ora, a reação do mercado de câmbio tem sido relativamente contida, diz o economista Luis Otávio Leal, da Gs Partners, porque o entendimento dos investidores é de que o governo brasileiro dará uma resposta calculada, baseada na diplomacia, e sem escalar a disputa como presidente americano Donald Trump. A visão é a mesma de Marcelo Fonseca, economista-chefe da Reag Investimentos.

"A reação do dólar até agora foi muito calcada na ideia de que a reação do governo brasileiro foi mais contida, não houve uma retaliação imediata. Por isso, ficou claro que o que vai pesar sobre o câmbio vai ser justamente essa reação do governo brasileiro", afirmou Leal.

O dólar saltou de R\$ 5,44 para R\$ 5,50 na quarta-feira, dia do anúncio das tarifas (1,04%), com alta para R\$ 5,54 na quinta. Na sexta-feira, contudo, ficou estável. Nos três dias, o aumento acumulado foi de 1,08%.

"Por ora, as forças sobre a inflação do tarifaço se anulam. O que teve de alta para o dólar neste momento não é nada, voltou para o mesmo patamar que estava há duas semanas. Se isso for diluído na inflação em 12 meses, é um efeito muito pequeno, que pode ser compensado por um aumento da oferta de carnes, por exemplo."

PERSPECTIVA. Ainda assim, o tarifaço de Trump pega o Brasil em um cenário adverso para a inflação, o que aumenta as incertezas. A inflação anual (12 meses) está em 5,35% até junho. Foi o sexto mês consecutivo de inflação acima do teto da meta de 4,5%, e muito acima da meta de 3% estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Isso obrigou o Banco Central a emitir uma carta explicando as razões para justificar o descumprimento da meta.

As expectativas também estão "desancoradas", com projeções acima da meta de 3% até o ano de 2028, de acordo com o Boletim Focus. Em audiência pública na Câmara dos Deputados esta semana, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, resumiu o cenário desafiador para a inflação, que tem "IPCA fora da meta no núcleo (que exclui itens mais voláteis), na inflação corrente, nas expectativas, e no núcleo de alimentos".

Continuação: Para especialistas, impacto na inflação vai depender de como o Brasil vai reagir

O economista Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio, tem uma visão mais pessimista e diz acreditar em um impacto sobre os preços, mesmo que indireto. Ele lembra que Trump já avisou que irá subir novamente as tarifas em caso de retaliação e afirma que a decisão do governo americano é política, não econômica, já que os americanos têm superávit comercial com o Brasil.

"O risco é de uma escalada da disputa, em caso de retaliação do governo brasileiro, em um cenário parecido com o que houve com a China. Mas, mesmo que fique nos 50% de alta nas tarifas, terá efeito na inflação mesmo que indireto", afirmou.

CARESTIA. Andrea Ângelo, da Warren Investimentos, diz que para que o tarifaço tenha impacto mais forte sobre a inflação, o dólar terá que voltar a operar acima da casa de R\$ 6 e permanecer nesse patamar por um longo período. Por isso, o mercado vai acompanhar todos os movimentos do governo brasileiro. "Entendo que o viés seja desinflacionário para o IPCA, desde que o dólar não ultrapasse muito a barreira de R\$ 6. Itens como café, suco de laranja e carne bovina, que têm peso importante na nossa pauta de exportações para os EUA, podem acabar ficando mais disponíveis aqui. Mas é preciso ver como as negociações andarão e qual vai ser a resposta do Brasil", afirmou Ângelo.

Pelo IPCA de junho, o café moído acumulava uma alta de preços de 77,88% nos últimos 12 meses. As carnes (de boi, porco e carneiro) subiram 23,63% na mesma comparação, com aumento de 15% no filé mignon, 24,15% na alcatra e 25,5% no patinho. Já a laranja pera, mais usada para fazer sucos, tinha au-

mento de 6,26%.

Sérgio Vale, da MB Associados, também entende que a reação do governo brasileiro vai ser decisiva. Em um cenário mais extremo, caso o governo siga pelo pior caminho de também taxar os americanos em 50%, o Banco Central será obrigado a voltar a subir a taxa básica de juros, que já está em patamar elevado, de 15%.

Lobby

Setores mais atingidos podem pressionar e conseguir com que Trump recue, como já aconteceu.

"Se o Brasil retaliar integralmente, pode ser um problema, pode bater na inflação e também estender a alta de juros pelo Banco Central para mais tempo. O melhor caminho seria pensar em uma resposta mais inteligente, como **quebra** de patente e ser bem seletivo no que retaliar", disse Vale.

Até o dia 1.º de agosto, quando as tarifas americanas entram em vigor, será importante acompanhar como será a pressão dos setores mais atingidos pelas tarifas, dizem os economistas. Tanto nos EUA quanto no Brasil, os lobbies setoriais (aço, alumínio, agro, entre outros) vão tentar apaziguar a disputa, e isso pode levar a recuos de Trump, nos EUA, e a conter a resposta do governo Lula, no Brasil.

}

ClicknClear ganha o Prêmio Global da OMPI 2025 homenageado pela Agência de Propriedade Intelectual da ONU para Inovação com Impacto Global

GENEBRA

12 de julho de 2025

/PRNewswire/ - A ClicknClear, uma plataforma de tecnologia de **direitos** autorais com sede no Reino Unido, foi reconhecida como uma das dez vencedoras dos Prêmios Globais da OMPI de 2025, uma iniciativa de prestígio da **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a agência das Nações Unidas dedicada à inovação e criatividade em PI. O prêmio distingue startups e PMEs que alavancaram com sucesso a PI para transformar suas inovações em um impacto econômico e social tangível.

Selecionado de um grupo altamente competitivo de mais de 780 candidatos em 95 países, a ClicknClear foi reconhecida por seu trabalho na solução dos complexos desafios de **direitos** autorais enfrentados pelos esportes e artes cênicas, onde a música é usada para acompanhar suas rotinas - uma solução que fornece o conteúdo e as ferramentas necessárias para lidar com a violação de **direitos** autorais para proteger os usuários de música e seus criadores - e por demonstrar um uso claro e estratégico da PI para dimensionar sua solução e contribuir para enfrentar desafios globais urgentes.

"Este prêmio é mais do que um troféu, é um lembrete de que nossas ideias e soluções podem criar mudanças reais em todo o mundo", disse Chantal Epp, fundadora e CEO da ClicknClear, sediada no Reino Unido. "Estamos orgulhosos de poder demonstrar que o uso de **propriedade** intelectual inteligente e fazer as coisas da maneira certa desde o início podem impulsionar a inovação que atende às pessoas de maneira impactante."

Os prêmios foram apresentados durante as Assembleias Gerais na sede da OMPI em Genebra, onde mais de 1.400 delegados, incluindo representantes dos 193 estados membros da OMPI, organizações internacionais e especialistas em inovação, se reuniram para discutir o futuro da inovação e da PI. Como vencedora, a ClicknClear se beneficiará de um pacote de suporte personalizado que inclui orientação estratégica, visibilidade global e acesso à rede internacional de IP e parceiros de negócios da OMPI.

"Os vencedores dos Prêmios Globais de 2025 não são apenas inventivos, são estratégicos, orientados para o impacto e têm uma mentalidade global", disse Marcelo Di Pietro, Diretor do Programa de Prêmios da OMPI. "Estamos orgulhosos de apoiar sua jornada".

Com a visibilidade e o apoio fornecidos pelos Prêmios Globais da OMPI, a ClicknClear planeja lançar e ampliar ainda mais sua solução em suas organizações parceiras de esportes e artes cênicas. A equipe está atualmente trabalhando com os principais clientes para lançar sua tecnologia de última geração que expande o suporte para incluir o primeiro sistema de licenciamento de música geral do mundo para serviços de Vídeo sob Demanda e dá as boas-vindas às oportunidades de colaboração com esses serviços.

SOBRE A CLICKNCLEAR

A ClicknClear é uma plataforma premiada de tecnologia de **direitos** autorais musicais que oferece música oficialmente licenciada para esportes que a utilizam para acompanhar suas rotinas em todo o mundo ("esportes coreografados") e artes cênicas para eventos presenciais e serviços de transmissão ao vivo e vídeo sob demanda. Com o apoio de gravadoras

Continuação: ClicknClear ganha o Prêmio Global da OMPI 2025 homenageado pela Agência de Propriedade Intelectual da ONU para Inovação com Impacto Global

e editoras da indústria da música, é a primeira empresa do mundo a resolver os complexos problemas de licenciamento de música em tais usos. Seu conjunto exclusivo de tecnologias - desde gerenciamento de direitos, licenciamento, verificação de licenças e suporte a vídeo sob demanda - ajuda a lidar com a violação de **direitos** autorais, protegendo tanto os usuários de música quanto seus criadores.

A ClicknClear trabalha com:

Produtores de eventos como o Comitê Olímpico Internacional.

Organizações de governança esportiva em nível internacional e nacional em esportes e artes cênicas, como ginástica, patinação artística, nado artístico, dança, adestramento, pular corda, liderança de torcida, paraquedismo indoor, banda marcial, guarda de cores e coral.

Canais de vídeo sob demanda de terceiros e de propriedade, como FloSports e organizações de governança esportiva em nível internacional e nacional e seus parceiros de transmissão.

<https://www.clicknclear.com/>

O QUE É A OMPI?

A **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) é a agência das Nações Unidas que atende os inovadores e criadores do mundo, garantindo que suas ideias viajem com segurança para o mercado e melhorem a vida em todos os lugares.

Fazemos isso fornecendo serviços que permitem que

criadores, inovadores e empreendedores protejam e promovam sua propriedade intelectual (PI) além das fronteiras e atuem como um fórum para abordar questões de PI de ponta. Nossos dados e informações de PI orientam os tomadores de decisão em todo o mundo. E nossos projetos e assistência técnica orientados por impacto garantem que a PI beneficie a todos, em todos os lugares.

<https://www.wipo.int>

SOBRE OS PRÊMIOS GLOBAIS DA OMPI

Os Prêmios Globais da OMPI homenageiam startups e pequenas e médias empresas (PMEs) que usam a **propriedade** intelectual (PI) como motor de inovação, crescimento de negócios e impacto social positivo.

O programa é organizado pela **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), uma agência especializada das Nações Unidas, e faz parte de sua missão mais ampla de promover a inovação e a criatividade para o benefício de todos.

Contato:

Info@clicknclear.com

Foto - https://mma.prnewswire.com/media/2728977/ClicknClear_Chantal_Epp.jpg

Logotipo - https://mma.prnewswire.com/media/2728976/CLICKnCLEAR_Logo.jpg

View original content: <https://www.prnewswire.com/br/co->

Continuação: ClicknClear ganha o Prêmio Global da OMPI 2025 homenageado pela Agência de Propriedade Intelectual da ONU para Inovação com Impacto Global

municados-p ara-a-imprensa/clicknclear-ganha-o-p
r emio-glo-
bal-da-ompi-2025-homenageado-pela-agenc
ia-de-p ropriedade-intelectual-da-onu-para-inovac
ao -com-impacto-global-302503795.html

FONTE ClicknClear

Julgamento no STF contra big techs impulsionou retaliação de Trump

POLÍTICA



Um deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (rL-or) em evento de líderes conservadores, nos Estados Unidos

Decisão do tribunal foi vista por aliados do americano como uma espécie de afronta

Julia Chaib

WASHINGTON - A decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor uma tarifa de 50% ao Brasil foi tomada há poucos dias, surpreendendo até mesmo assessores da área, e impulsionada pelo julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) do **Marco Civil** da Internet.

Segundo três pessoas com acesso às discussões sobre eventuais sanções americanas ao ministro Alexandre de Moraes, a atuação do Supremo no caso foi vista como uma espécie de afronta ao aumentar a responsabilização das redes sociais.

O Marco Civil, em vigor desde 2014, estabelecia que redes sociais só poderiam ser responsabilizadas por conteúdos postados por usuários se descumprissem ordem judicial de remoção. Com o julgamento, daqui para frente, as empresas terão mais obrigações, como remover uma série de conteúdos proativamente.

Na segunda-feira (7), um integrante do governo Trump disse à Folha que o STF tem tomado decisões ruins para silenciar a liberdade de expressão e desestabilizar a democracia a fim de tentar "um governo

impopular".

As redes sociais foram, no Brasil, um dos principais instrumentos para impulsionar o discurso contra a lisura das urnas eletrônicas.

Na avaliação de aliados de Trump, a decisão do STF amplia o que eles veem como censura à liberdade de expressão, enquanto os EUA buscariam um gesto na direção contrária. Após o julgamento, Moraes afirmou que as big techs foram instrumentalizadas e as associou à invasão dos três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

Isso se somou, segundo pessoas envolvidas na discussão, à contrariedade por decisões emitidas contra empresas americanas, como o Rumble, e à avaliação de Trump de que Bolsonaro sofre perseguição, em processo semelhante ao vivido por ele nos EUA - com a diferença de que o ex-presidente não pode se candidatar no Brasil por estar inelegível ao menos até 2030.

Até a semana passada, segundo três pessoas ligadas ao tema, a discussão sobre uma resposta ao que assessores de Trump e bolsonaristas dizem ver como riscos à democracia do Brasil passava apenas por uma punição financeira e de proibição de visto a Moraes.

Isso mudou com algumas reuniões para tratar de Brasil que ocorreram nos últimos dias.

Trump teria participado de ao menos uma delas e optado por usar as tarifas para pressionar o Brasil no caso. Isso, segundo duas pessoas, foi até mesmo antes da cúpula dos Brics no Rio de Janeiro, que serviu como mais um elemento para desgastar a relação do Brasil com os EUA.

Continuação: Julgamento no STF contra big techs impulsionou retaliação de Trump

O deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o ex-apresentador Paulo Figueiredo, que têm liderado a ofensiva anti-Moraes nos EUA, insistiam por sanções ao ministro, mas não descartavam a hipótese de tarifas.

Esta, segundo um envolvido no debate, seria a última opção no plano para pressionar Moraes e que acabou sendo escolhida pelo presidente americano. As sanções a Moraes ainda estão sobre a mesa, mas sem definição de quando seriam implementadas.

Integrantes do próprio governo americano foram pegos de surpresa com as tarifas de 50%.

Negociadores do USTR, o órgão que trata de comércio externo, conversaram com representantes brasileiros na sexta-feira (4). Segundo a Folha apurou, os americanos trabalhavam em taxas para produtos específicos e não houve uma recomendação do órgão a Trump para que fosse aplicada uma tarifa de 50% ao país.

Nessas discussões da semana passada, big techs e aliados de Bolsonaro fizeram chegar a Trump a informação sobre o julgamento do Marco Civil. Avaliaram que integrantes do Judiciário brasileiro não sinalizaram que chegariam a acordo sobre as queixas dos bolsonaristas, por isso era preciso avançar com a pressão.

Havia a expectativa de um gesto depois de o secretário de Estado, Marco Rubio, ter dito em maio que era grande a chance de sancionar Moraes.

Pessoas no entorno do americano acreditam em eventual recuo por parte das autoridades brasileiras, por mais que elas tenham afirmado reiteradamente que isso não ocorrerá e que qualquer medida nesse sentido seja vedada pela Constituição.

Nesta sexta (11), o presidente disse que deve falar com Lula em "algum momento", mas não agora. Eduardo, por sua vez, afirmou que para o Brasil evitar as tarifas seria necessário aprovar uma anistia ampla e uma regulação das redes sociais.

O advogado da plataforma Rumble, Martin de Luca, disse nesta quinta-feira (10) que reconhecer a ilegalidade das ordens de Moraes contra a rede, que sustenta conteúdos da Truth Social (rede de Trump), ajudaria a rever o curso das tarifas.

"Quando se trata de liberdade de expressão e empresas de tecnologia, acho que primeiro é reconhecer que as ordens de Moraes deveriam ser rescindidas", disse.

Na prática, integrantes do governo Lula e ministros do Supremo dizem que a chance de isso acontecer é nula.

No campo político, Trump não deixou claro os caminhos para eventual negociação que poderia evitar o Brasil de ser alvo das tarifas de 50% - além da própria mudança de ideia do republicano, o que já aconteceu antes.

A carta enviada fala ainda em centenas de decisões secretas mirando plataformas de mídias sociais dos Estados Unidos, que ele chama de ilegais.

O presidente se refere a pedidos para retirada de conteúdo e contas em redes sociais e, sem citar o nome, trata do caso do Rumble, plataforma de vídeo usada pela direita. Trump menciona que as decisões do STF expulsam empresas americanas do Brasil.

}

Como o Brasil poderia retaliar os EUA após tarifas de Trump

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Lula diz que 'qualquer medida de elevação de tarifas de forma unilateral será respondida à luz da Lei brasileira de Reciprocidade Econômica'.

Trump diz que deve conversar com Lula 'em algum momento'

O governo brasileiro está calculando os próximos passos de sua resposta ao anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que produtos do Brasil exportados para o mercado americano serão submetidos a taxa adicional de 50% a partir de 1º de agosto.

Em entrevista na noite de quinta-feira (10/07) ao Jornal Nacional, da TV Globo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que a primeira etapa da reação será a formação de um grupo de empresários brasileiros de setores com grandes volumes de exportação para os EUA, como produtores de suco de laranja e aço, além da Embraer.

A ideia é diagnosticar as consequências do aumento das tarifas e buscar soluções, como a procura por novos mercados estrangeiros.

Além disso, Lula afirmou que o Brasil vai buscar uma avaliação da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a situação.

"A partir daí, se não houver solução, nós vamos en-

trar com a reciprocidade já a partir do 1º de agosto, quando ele começa a taxar o Brasil", disse o presidente à TV Globo.

ASSISTA: Veja a entrevista de Lula ao Jornal Nacional na íntegra

Afinal, o que é a lei da reciprocidade, citada por Lula como uma possível resposta a Trump?

Sancionada pelo presidente brasileiro em abril, a Lei brasileira de Reciprocidade Econômica autoriza o governo a retaliar países ou blocos que imponham barreiras comerciais a produtos brasileiros.

Na época da entrada em vigor, a lei foi apresentada como uma "ação estratégica" frente às tarifas impostas a dezenas de nações pelo governo Trump, em abril.

Entre as medidas possíveis, o Brasil poderia impor restrições e sobretaxas na importação de bens e serviços, suspender acordos ou obrigações comerciais e, em casos excepcionais, suspender direitos de propriedade intelectual, como reconhecimento de **patentes** ou pagamento de royalties.

A lei determina ainda que "consultas diplomáticas serão realizadas com vistas a mitigar ou anular os efeitos das medidas e contramedidas".

Apesar de a lei oferecer instrumentos legais para que o Poder Executivo, em coordenação com o setor privado, adote "contramedidas" em resposta a "medidas unilaterais que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira", uma retaliação do Brasil pode provocar uma escalada na guerra comercial.

"A resposta mais óbvia, a retaliação, viria com o Bra-

sil impondo tarifas recíprocas ou semelhantes a produtos americanos", diz à BBC News Brasil o especialista em relações Brasil-EUA Carlos Gustavo Poggio, professor de Relações Internacionais da universidade Berea College, no Estado americano do Kentucky. "Mas esta não seria a melhor resposta", avalia Poggio.

Ao comentar sobre as chances do Brasil de medir forças com os EUA, Poggio compara: "É Davi contra Golias".

"Os EUA são um parceiro muito mais importante para o Brasil do que o Brasil é para os EUA em termos do comércio como um todo. Então, a capacidade que o Brasil tem [de retaliar] é muito limitada", avalia.

Na carta endereçada a Lula, em que anunciou a intenção de taxar as exportações brasileiras, Trump avisou que "se por qualquer motivo você decidir aumentar suas tarifas, então qualquer que seja o número escolhido para aumentá-las, ele será adicionado aos 50% que cobramos".

Segundo Poggio, uma retaliação pura e simples por parte do governo brasileiro seria apenas uma questão simbólica que acabaria prejudicando o Brasil também.

"Porém, não dá para ficar totalmente sem resposta [ao anúncio de Trump]", pondera. Uma outra maneira de responder, segundo o analista, seria tentar fazer pressão sobre os setores específicos mais ligados ao comércio brasileiro e buscar contato com a sociedade civil americana, como parlamentares e empresários - "e ver se isso consegue chegar a Trump".

"Trump só escuta empresários americanos que eventualmente liguem pra ele e falem 'isso está nos prejudicando'", observa.

Outra opção, sugere Poggio, seria tentar algum tipo de pressão regional, unindo-se a outros países, como o México.

Continuação: Como o Brasil poderia retaliar os EUA após tarifas de Trump

'O Brasil está sendo sancionado pelos EUA, assim como Irã, Venezuela ou Rússia' Os EUA são o segundo principal destino das exportações totais brasileiras, atrás da China, e o principal destino das exportações brasileiras de produtos manufaturados.

A nova taxa representa um aumento significativo em relação aos 10% anunciados pelos EUA em 2 de abril.

Produtos como aço, petróleo, aeronaves, celulose, café, carne e suco de laranja estão entre as principais exportações brasileiras para os EUA, segundo dados do governo, e esses setores poderiam ser os mais afetados.

Entre os mais importados pelo Brasil dos EUA estão motores e máquinas não elétricos, óleos combustíveis e brutos de petróleo, aeronaves e gás natural.

O Brasil poderia redirecionar seus produtos para outros mercados, como a China.

Mas, enquanto as exportações para a China são focadas em commodities, a pauta para os EUA é mais diversificada e com valor agregado mais alto.

Entre as justificativas para as novas tarifas, Trump citou um suposto déficit comercial dos EUA com o Brasil. No entanto, dados oficiais do governo brasileiro mostram superávit para os EUA.

Em sua nota em resposta, Lula disse que "é falsa a informação, no caso da relação comercial entre Brasil e Estados Unidos, sobre o alegado déficit norte-americano".

"As estatísticas do próprio governo dos Estados Unidos comprovam um superávit desse país no comércio de bens e serviços com o Brasil da ordem de US\$ 410 bilhões ao longo dos últimos 15 anos", diz a nota.

As justificativas de Trump para o anúncio não são

meramente comerciais. Sua carta cita uma suposta perseguição que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) estaria sofrendo no Brasil, onde é alvo de processo criminal no Supremo Tribunal Federal (STF) sob a acusação de liderar uma tentativa de golpe de Estado.

A carta de Trump também menciona decisões do STF com "centenas de ordens de censura secretas e ilegais para plataformas de mídias sociais dos EUA, ameaçando-as com milhões de dólares em multas e expulsão do mercado brasileiro de mídias sociais".

A decisão de Trump foi recebida com surpresa no Brasil e nos EUA. O economista americano Paul Krugman, vencedor do Nobel de Economia em 2008, disse que a carta "marca um novo rumo" das políticas tarifárias, descritas por ele como "megalomaníacas".

Os principais veículos da imprensa americana também repercutiram a carta. O jornal The Washington Post afirmou que o anúncio mostra como questões pessoais, e não simplesmente econômicas, norteiam o uso de tarifas comerciais por Trump.

Na quarta-feira, o Ministério das Relações Exteriores convocou duas vezes o encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos, Gabriel Escobar, para prestar esclarecimentos.

Continuação: Como o Brasil poderia retaliar os EUA após tarifas de Trump

A convocação é uma medida séria em relações internacionais e uma demonstração de desagrado com a outra nação.

A embaixadora Maria Luisa Escorel, secretária da América do Norte e Europa do Itamaraty, informou que o Brasil devolveria a carta, considerada por ela como ofensiva e contendo afirmações inverídicas e erros factuais.

Poggio, do Berea College, considera este um dos pontos mais baixos nos 200 anos de relações bilaterais entre Brasil e EUA e classifica as ações anunciadas por Trump como uma sanção ao Brasil.

"O nome que se dá a medidas coercitivas econômicas para fins políticos é sanção", afirma.

"O Brasil está sendo sancionado pelos EUA, assim como Irã, Venezuela ou Rússia. Com a diferença que o Brasil é uma democracia e é um aliado histórico dos EUA, um país amigo dos EUA."

Comitê com empresários para dar resposta a tarifaço de Trump será coordenado por Alckmin



Produtores de suco de laranja, café, além de Embraer e empresas de tecnologia serão convidadas a participar

O vice-presidente Geraldo Alckmin ficará encarregado de coordenar o diálogo com empresários para definir respostas do Brasil ao tarifaço de Donald Trump. A iniciativa foi anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva após o americano afirmar que pretende taxar em 50% mercadorias brasileiras a partir do próximo mês.

O comitê será formalizado na semana que vem e contará com a participação dos ministérios da Fazenda, Casa Civil e Relações Exteriores, além da Secretaria de Relações Institucionais e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços, que é comandado pelo próprio Alckmin.

O governo ainda trabalha na lista de empresários que serão chamados para compor o grupo. A ideia, porém, é que todos os setores potencialmente afetados pelo tarifaço sejam convidados à mesa. Com isso, representantes do agronegócio, em especial produtores de carne, suco de laranja e café, e lideranças da indústria, com destaque para o segmento de tecnologia, devem ser chamados. A fabricante de aviões Embraer também deve compor o comitê.

Lula diz que Brasil não 'abaixará a cabeça' e con-

centra ataques em Eduardo Bolsonaro

Nas redes, governistas vencem primeiro 'round' com defesa de soberania, apontam pesquisadores O mercado americano é o principal destino de produtos manufaturados produzidos pelo Brasil, mas também tem peso importante para alguns segmentos do agronegócio.

Os produtores de suco de laranja, por exemplo, já indicaram que, se a promessa de Trump se confirmar, a taxaço pode colapsar o setor.

O Brasil estuda retaliar os Estados Unidos com **quebra** de patentes, além de taxaço em filmes, livros e outros bens. A lista de possíveis alvos, no entanto, ainda está em construção e os caminhos de reação serão debatidos com o setor privado.

Em entrevista ao Jornal Nacional, Lula afirmou que fará o possível para chegar a um acordo, mas cobrou disposição do setor privado em se aliar ao governo na batalha.

- Se existe algum empresário que acha que o governo brasileiro tem que ceder e fazer tudo que o presidente do outro país quer, sinceramente, esse cidadão não tem nenhum orgulho de ser brasileiro. Essa é a hora da gente mostrar que o Brasil quer ser respeitado no mundo, que o Brasil é um país que não tem contencioso com nenhum país do mundo e que, portanto, a gente não aceita desaforamento contra o Brasil - afirmou.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

4, 5, 6, 9, 10, 17, 20

Propriedade Intelectual

6, 12

Direitos Autorais

12

Entidades

12

Marco Civil

15